

9 m
14-16/3/97 A3
GERMIA

Agenda 21, Estado e ONGs

Jacques Marcovitch *



Cinco anos já transcorreram desde a aprovação, em 1992, das convenções de clima, de diversidade biológica e de desertificação. A Declaração do Rio ofereceu princípios norteadores para as políticas públicas propostas na Agenda 21. Alguns desses princípios são: o direito à vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza. O direito ao desenvolvimento, respeitadas as necessidades das gerações presentes e futuras. A res-

Decorridos cinco anos desde a Rio-92, a conservação da natureza passou a integrar o vocabulário dos atores sociais

ponsabilidade de reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo. São princípios orientadores de uma agenda que almeja promover simultaneamente o desenvolvimento socioeconômico, a conservação e a gestão dos recursos naturais. Como organizar a sociedade humana para viabilizar os meios para a implantação dessas iniciativas ambiciosas e necessárias?

Cinco anos após a celebração desses entendimentos, a conservação da natureza passou a integrar o vocabulário dos atores sociais. Foi também aprimorado o conhecimento sobre a evolução do meio ambiente. No Brasil, são exemplos

alentadores a implantação do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos em São José dos Campos, a adoção da norma ISO 14000 pelo setor produtivo, o delineamento de estratégias de desenvolvimento sustentado por alguns estados como Minas Gerais, Paraná e São Paulo e a constituição de

uma associação de municípios que prioriza as políticas ambientais.

Esses resultados estão, no entanto, aquém das expectativas despertadas.

A elevação da qualidade de vida é acompanhada por uma crescente concentração de renda – causa de exclusão e violência. Mudanças estruturais são inibidas por partidos políticos e sistemas eleitorais que priorizam o curto prazo. A instabilidade monetária e a mobilidade dos recursos financeiros reduzem os investimentos de longo prazo necessários para o desenvolvimento sustentado. A incerteza e as turbulências dos novos tempos induzem ao isolacionismo que dificulta a cooperação para o enfrentamento dos pro-

blemas de interesse coletivo.

Coube às Organizações Não-Governamentais um papel de destaque na complementação da atuação do Estado em questões socioambientais. A alternativa do Estado provedor vem demonstrando suas limitações. Ele tem-se revelado mais sensível às pressões políticas do que à realidade coletiva.

A lógica do poder, que caracteriza a política, em muitos casos sufoca a lógica dos resultados. Se, de um lado, a presença do Estado é imprescindível, muitas atribuições no campo da solidariedade humana e da defesa da natureza são compartilhadas com entidades criadas por cidadãos dispostos a se engajar na luta por melhor qualidade de vida.

Lamentavelmente, essas instituições ainda não foram, no Brasil, consolidadas de forma desejável. O receio de burocratização, que está na raiz desse atraso, é compreensível. A burocratização muitas vezes

sufoca os objetivos solidaristas. Mas nenhum dirigente de ONG, que a pretenda frutífera e duradoura, pode perder o seu senso organizacional.

Um estudo sobre a realidade social na Amazônia, concluído em 1996, revela que 67% das iniciativas de combate à exclusão são realizadas por organizações do terceiro setor e apenas 33%

originárias da administração pública. A maioria das organizações do terceiro setor é formada por produtores rurais, lideranças religiosas, cooperativas ou sindicatos de trabalhadores. O mesmo estudo, porém, alerta para o elevado grau de provisoriedade e fraqueza dessas entidades. Elas possuem média de idade baixa e várias desaparecem após o primeiro ano de existência.

Esse diagnóstico se aplica a outras regiões do País. Apesar de avanços visíveis na região Sudeste do Brasil, são muitos os fatores que inibem seu adequado desenvolvimento: ins-

tucionalização precária, poucos recursos financeiros, falta de capacitação técnica e gerencial, escassez de dados de acompanhamento e falta de sistematização informacional.

Algumas ONGs dependem tanto de recursos externos que se torna difícil conciliar objetivos globais e interesse localizados. Uma clara definição de objetivos, revisão permanente das estratégias e aperfeiçoamento contínuo das competências tornam-se vitais para a mobilização de recursos.

Salvo honrosas exceções, essas entidades carecem das qualificações profissionais que viabilizem um salto qualitativo em seu trabalho. A desatenção com os projetos de despoluição do rio Tietê e da baía de Guanabara exemplificam a mobilização voluntarista e efêmera com relação a iniciativas relevantes.

A profissionalização das ONGs é um imperativo para a sua eficácia. Cabe às universidades e aos centros de formação uma tarefa crucial nesse processo. Uma tarefa que inclui a definição de programas e a oferta de

programas alternativos para responder às demandas aqui delineadas. Do sistema de valores humanos à visão estratégica; dos conhecimentos gerais à especialização técnica; e da competência gerencial à seletividade das informações, cada um desses aspectos representa fatores determinantes para os dirigentes de iniciativas de interesse público.

O primeiro balanço quinquenal sobre os resultados da cúpula da Terra revela que as expectativas

O balanço do primeiro quinquênio da cúpula da Terra revela que as expectativas de então só em parte foram alcançadas

despertadas foram modestamente alcançadas. Cabe retirar dessa primeira avaliação indicadores de acompanhamento e diretrizes mobilizadoras

que possam assegurar resultados mais alentadores em 2002. Os novos tempos exigem, também, da universidade, um repensar da organização da sociedade. A busca de uma nova articulação entre os atores sociais. Uma articulação que liberte a capacidade inovadora, a qual, quando conciliada à sabedoria, pode se tornar uma fonte de esperança. ■

* Pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária, professor titular da FEA-USP e coordenador da Área de Assuntos Internacionais do IEA.